

Assembleia Geral

4 de fevereiro às 17h
sala 2 do Instituto de Psicologia -
Praia Vermelha

Pauta:

- 1) Informes;
- 2) Delegação para o 34º Congresso do Andes-SN;
- 3) Caderno de Textos do 34º Congresso do Andes-SN;
- 4) Assuntos Gerais.

Reunião do Conselho de Representantes

4 de fevereiro às 14h, na sala 2 do
Instituto de Psicologia - Praia Vermelha

Pauta:

- 1 – Informes;
- 2 – Debate do Caderno de Textos do 34º Congresso do Andes-SN;
- 3 – Assuntos Gerais.

As reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores sindicalizados.

www.adufrj.org.br



Rio: ônibus com tarifas recordes

Mauro Osório (foto), professor da UFRJ, fez o estudo.

Página 5



Elisa Monteiro - 28/01/2015

DESFAÇATEZ

Ministro da Educação nega cortes orçamentários

Na UFRJ, ao ser indagado sobre o corte de R\$ 7 bi no orçamento da educação, o ministro Cid Gomes recorreu a um sofisma para negar a realidade. “A gente só pode falar sobre contingenciamento, quando há orçamento. Nós não

temos ainda um orçamento aprovado para o exercício de 2015, portanto, não existe corte”, disse. Cid Gomes defendeu a política de “contenção de custo” do governo e disse que seu ministério adotará a austeridade.

“Vai se viajar menos, vai se gastar menos com passagens”, exemplificou. O ministro foi recebido pelo reitor Carlos Levi e pela diretoria da Coppe na sede do Parque Tecnológico, no Fundão. Páginas 2 e 3

Silvana Sá - 30/01/2015



Na UFRJ. Estafe da universidade foi convocado para ouvir ministro da Educação, Cid Gomes (ao centro), contrariar a realidade

Confronto à vista

NO PAINEL ADUFRJ. O professor Roberto Leher, da UFRJ, afirma que, pelo seu histórico, o “novo ministro aponta para um aprofundamento da contrarreforma” da educação brasileira. Leher diz que, pelo retrospecto de seus mandatos como governador, haverá um recrudescimento do confronto com os trabalhadores da educação básica e superior. Página 7



Silvana Sá - 30/01/2015

BATEPRONTO

Relatório final da Comissão Nacional da Verdade é “ponto de partida”.

Página 4



Angélica discute relatório

Mobilização para proteger direitos

Página 6

Alex homenageado

Comunidade da Faculdade de Educação da UFRJ divulgou na internet homenagem ao estudante Alex Schomaker Bastos, morto durante uma tentativa de assalto. Prefeitura Universitária anuncia aumento de policiamento. Página 8



Ponto onde aluno foi morto

UNIVERSIDADES

“Não existe corte”

Em óbvio conflito com a realidade, esta foi a declaração do novo ministro da Educação, Cid Gomes, durante visita à UFRJ, sobre o contingenciamento de R\$ 7 bilhões no orçamento de sua pasta



Encontro com a reitoria da universidade ocorreu em 30 de janeiro

Silvana Sá
silvana@adufrj.org.br

Em visita ao Parque Tecnológico da UFRJ, no último dia 30, o ministro da Educação, Cid Gomes, reuniu-se com o reitor Carlos Levi; o vice Antônio Ledo e toda a equipe da administração central, além da direção da

Coppe. Em declaração ao **Jornal da Adufrj**, ao ser perguntado sobre o contingenciamento do orçamento do MEC, anunciado no início de janeiro pelo governo Dilma Rousseff, o ministro afirmou não haver corte. E tentou explicar: “A gente só

pode falar sobre contingenciamento, quando há orçamento. Nós não temos ainda um orçamento aprovado para o exercício de 2015, portanto, não existe corte. A lei estabelece que se fixe um duodécimo que tenha relação com o exercício an-

terior. É o que estamos recebendo neste momento”.

O ministro disse concordar com o “esforço” do governo federal para redução de custos e que as atividades de ensino não serão prejudicadas: “Concordo que haja austeridade, contenção

Quando a crise bate à porta da U

Elisa Monteiro e Samantha Su

O ano de 2015 começou bastante difícil para estudantes e trabalhadores da UFRJ. Museu Nacional fechado à visitação pública por dez dias, terceirizados sem pagamento e atraso nas bolsas. Confira um pouco dos muitos problemas que o ministro da Educação, Cid Gomes, não viu em sua curta visita ao confortável Parque Tecnológico da universidade.

BOLSAS ESTUDANTIS

A pressão dos bolsistas da UFRJ – que ameaçavam com o protesto “Cadê a minha bolsa” no dia 14 de janeiro – deu resultado. De acordo com a administração central da universidade, os pagamentos das bolsas da foram integralmente regularizados. Encontrava-se em atraso as modalidades Auxílio, Monitoria e Paea-

lig (de apoio aos laboratórios de informática de graduação).

A superintendente Geral de Finanças da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PR-3), Regina Célia Soares, confirmou que a demora para realizar os depósitos referentes ainda a dezembro se deveu à falta de recursos. Dos cerca de R\$ 415 milhões aprovados em lei para financiamento da UFRJ em 2014, segundo Regina, quase R\$ 70 milhões não chegaram a ser repassados. Ou seja, algo em torno de 17% foram contingenciados pelo governo.

No vermelho

Na prática, a UFRJ começa 2015 em débito com o ano anterior. E as perspectivas não são animadoras. Segundo a superintendente da PR-3, sobre a proposta orçamentária, “estimada, mas ainda nem aprovada”, para a universidade em 2015, pesam outras despesas não quitadas (leia mais no **Painel Adufrj**, página 7)

Assim como as bolsas, os contratos com empresas de ter-

ceirizados que prestam serviços como limpeza e vigilância fazem parte do bolo de despesas deixadas para 2015.

ALOJAMENTO

Na copa improvisada para atender aos moradores do Alojamento da UFRJ, as auxiliares de cozinha não comem direito desde o início do ano. O pagamento de dezembro, previsto para até o quinto dia útil do mês seguinte, só veio em 22 de janeiro. E desceu seco sem auxílio para alimentação e transporte. “A empresa atrasa com frequência, mas, dessa vez, bateu todos os recordes”, conta Elenilda Lopes (49), a “Lena”. Ela e demais colegas de jornada têm no emprego sua única fonte de renda. E agora paga do bolso para ir trabalhar. “O cartão do ônibus está zerado desde o dia 2”, relata. “A gente depende de dinheiro emprestado para vir”.

A empresa que agencia as auxiliares de cozinha é a Pro-

jebel. Segundo Mônica Conde, superintendente adjunta de Políticas Estudantis, a firma responde ainda pela contratação dos quatro profissionais de portaria. O grupo também está com atrasos nos pagamentos.

Na residência estudantil, de acordo com a superintendente, atuam mais três empresas: a Front Serviço de Segurança, a Provac - Serviços de Limpeza e a AVX, no almoxarifado. A administradora explica que a equipe do Alojamento foi reduzida em função do início das obras da ala feminina. E alerta que, com a retomada do pleno funcionamento, o Alojamento “naturalmente” precisará de reforço em todos os postos.

O exemplo mais óbvio está na limpeza, “até porque os contratos são pela metragem do serviço”, sublinhou Mônica. Segundo ela, mesmo com metade do alojamento interditado para obras, a contratação atual é insuficiente: “O contrato só levou em consideração a

parte interna, mas o pátio também requer manutenção”. A solução encontrada pela administração, como em outras unidades da universidade, foi o “deslocamento” e “redivisão” do trabalho.

Para Mônica, um dos fatores determinantes para os problemas em relação às empresas terceirizadas está na contratação sem lastro financeiro. “A questão do menor preço sempre prevalece. A universidade contrata empresas que deveriam garantir o serviço mesmo sem receber por três meses, mas que, na verdade, não têm recurso para isso. Daí, a universidade aplica multa ou não, as empresas até quebram, e os funcionários ficam sem receber o que deveriam.

IPPMG

Diante da ameaça de suspensão das refeições do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), a reitoria da UFRJ pagou parte da dí-

UNIVERSIDADES

Silvana Sá - 30/01/2015



O ministro da Educação, Cid Gomes (em primeiro plano, à esquerda), com o vice-reitor Antonio Ledo e o reitor Carlos Levi (à direita), durante reunião do dia 30

UFRJ está sem dinheiro, mas ministro diz não saber

Cid Gomes negou-se a acreditar que a UFRJ deixou de receber, no ano passado, 20% do orçamento previsto para o ano, o que equivale, segundo o próprio reitor Carlos Levi, a R\$ 60 milhões. “Não, não existe isso. Eu não tenho intimidade com os números para falar do ano passado, porque assumi a pasta há 28 dias, mas digo, com certeza, que, do que estava programado para as universidades no ano passado, foram repassados 90%”. Ele afirmou que 2014 foi um ano “difícil” e por isso era “bastante razoável” que não houvesse um repasse integral, dada a realidade das contas públicas. “Em nome de se evitar o desemprego, abriu-se mão de arrecadar R\$ 100 bilhões. Às vezes, temos de fazer políticas que beneficiam de um lado, mas prejudicam de outro. Mas, o meu compromisso aqui é procurar honrar qualquer despesa eventualmente não coberta e pensar o futuro”.

A favor da privatização

Durante a reunião, algumas intervenções de diretores pediam o apoio do ministro para que os cursos *lato sensu* continuassem a poder cobrar mensalidades. Cid Gomes prontamente respondeu que já articula para que as universidades pú-

blicas não precisem deixar de receber pagamento neste tipo de curso. “Eu acho que o ensino tem que ser público para quem não pode pagar, mas quem pode deve pagar mesmo”, declarou.

O ministro ficou bastante impressionado com as cerca de 45 empresas que hoje estão instaladas no Parque Tecnológico da UFRJ. A GE em novembro inaugurou suas novas instalações e a L’Oréal deverá iniciar suas atividades no Parque Tecnológico ainda em 2015. “Sem dúvida, precisa haver parcerias com as empresas, especialmente na área tecnológica”, elogiou Cid Gomes.

Está sem dinheiro, sim!

Contrariando a declaração do ministro, o reitor Carlos Levi disse à reportagem da Adufrj-SSind que a UFRJ já sofre com o corte de R\$ 7 bilhões no orçamento do MEC anunciado pelo governo federal. Ele explicou que a universidade recebeu, em janeiro, o equivalente a 1/18 (um dezoito avos) do seu orçamento, quando normalmente receberia 1/12 por mês. Levi confirmou que, no ano passado, a UFRJ deixou de receber o equivalente a R\$ 60 milhões.

“Essa conjuntura vem gerando enormes dificuldades para a administração financeira da UFRJ, neste início de exercício”. O reitor informa, ainda, que está fazendo todos os esforços para “garantir que os compromissos da universidade sejam honrados, sem prejuízo às suas diversas atividades”.

de recursos públicos. O Ministério da Educação tem uma vinculação de receitas que, entre todos os ministérios, talvez seja o mais imune a essa medida chamada de contingenciamento. Isso me dá tranquilidade para afirmar que nenhuma ativi-

dade-fim da universidade, nenhum dos compromissos de expansão do ensino superior, técnico e tecnológico terão contenção de despesas”.

No entanto, defendeu que o Ministério realize ações de austeridade em custeio.

“Por exemplo: vai se viajar menos, vai se gastar menos com passagens, vai se ter mais cuidado com a conta de luz, com a conta de água, enfim, com despesas que não são, de fato, a prestação de serviços de educação para a população”.

FRJ

vida com a empresa terceirizada Mendes e Santos. No dia 21 de janeiro, a diretoria do Instituto lançou um comunicado para avisar que a fornecedora de alimentação suspenderia o serviço para funcionários extraquadros (profissionais sem vínculo empregatício com a universidade), plantonistas e residentes. A nota dizia ainda que apenas os pacientes e acompanhantes teriam refeições regulares através do fornecimento de quentinhas. Após a divulgação, parte do pagamento foi efetuada e a empresa se comprometeu a manter o funcionamento regular.

MUSEU NACIONAL

Após quase dez dias fechado ao público devido à falta de recursos para pagar os serviços de limpeza e portaria, o Museu Nacional da UFRJ, na Quinta da Boa Vista, o maior museu de história natural da América Latina, só foi reaberto em 23 de janeiro. Foi quitada uma dívida de

três meses com a fornecedora.

Desde o início de novembro de 2014, a empresa terceirizada responsável pelo serviço de portaria (JCL) declarou falência e os porteiros foram dispensados. Para tentar solucionar o problema, a administração teve que realocar seguranças para o posto. “Eu acho urgente que se repense a necessidade da contratação de empresas terceirizadas, não é um problema que só o museu enfrenta”, afirmou Cláudia Rodrigues, diretora do Museu Nacional. Sem os servidores da limpeza, caso o local estivesse aberto à visitação, o acervo poderia ser danificado.

Mesmo com o Museu fechado ao público, o funcionamento interno de pesquisa e administração foi mantido, com a recomendação de que os funcionários tomassem conta de seu lixo pessoal. Segundo a diretora, se o problema se arrastasse por mais uma semana, provavelmente até a pesquisa seria suspensa.

Tânia Régio/Agência Brasil - 13/01/2015



Aviso que informou à população o fechamento do Museu Nacional

BATEPRONTO/Relatório da Comissão da Verdade

ANGÉLICA LOVATTO/Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília

Um ponto de partida

Elisa Monteiro
elisamonteiro@adufrj.org.br

Como avalia os resultados da Comissão Nacional da Verdade (CNV)?

Considero o trabalho realizado pela CNV muito importante para o país. Mesmo sabendo dos limites do Relatório, considero que o trabalho feito pela CNV — em prazo tão pequeno para uma pesquisa de porte tão grande — é um ponto de partida para todos nós que queremos ver explicitados os crimes cometidos pela ditadura militar.

Quais aspectos mais positivos do relatório?

É uma satisfação enorme ver os nomes dos cinco presidentes militares da República encabeçando a lista dos responsáveis pelos crimes de assassinato, tortura e desaparecimento de brasileiros que lutavam pelo país. E também a explicitação de que esses crimes foram cometidos por uma estrutura montada pelo Estado Brasileiro, numa teia nacional de violações. Ter hoje um documento oficial do Estado Brasileiro apontando essas e outras tantas violações que transformaram nosso país no inferno da tortura não é pouco.

E negativos?

Evidentemente, isso acontece com atraso, 50 anos depois, e a possibilidade de reparação e condenação desses assassinos é quase nula, mas com algum esforço estatal, ainda possível. Por isso, respeito profundamente a análise feita pelos familiares das vítimas da ditadura, no sentido de apontar os limites do relatório, e que a nossa Lei da Anistia deve ser imediatamente revogada.

Quais serão os desdobramentos do relatório?

Como disse, considero o Relatório da CNV um ponto de partida e não de chegada. Sem esse trabalho, não teriam sido formadas tantas Comissões da Verdade espalhadas pelo Brasil inteiro, em vários setores de atividade, sejam eles sindicais, de movimentos sociais, de universidades, prefeituras, estados, etc. Por isso, defendendo que a perspectiva agora é repercutir o Relatório de todas as maneiras possíveis, principalmente com a continuidade

do trabalho das Comissões da Verdade já formadas e da criação de tantas outras no território nacional. Isso já está sendo feito a partir da Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias, formada recentemente e que trabalha no sentido de fortalecer e continuar os trabalhos de pesquisa e memória desenvolvidos. Onde há comissão da verdade trabalhando, há crimes e torturas sendo descobertos. Outra perspectiva de continuidade muito importante desses trabalhos é a existência da Comissão da Verdade do Andes-SN, por ser um sindicato de caráter nacional, com a possibilidade de realizar seminários e pesquisas de Norte a Sul, o que, aliás, já vem sendo feito.

E quanto aos crimes verificados?

Os desdobramentos e consequências para os crimes verificados, como se sabe, ficam muito mais difíceis, passados 50 anos em relação à ditadura de 1964, e muitos mais em relação a todo o período analisado desde 1946. E outro problema é a interpretação até agora dada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) à nossa Lei de Anistia que impede, no âmbito

nacional, a punição definitiva a esses crimes cometidos por Agentes do Estado Brasileiro. Mas o Relatório aponta para um fato extremamente importante: os crimes cometidos são imprescritíveis, segundo o Direito Internacional, extrapolando os limites da Lei de Anistia de um país específico. Devemos apostar nesta alternativa, com todas as nossas forças.



Mas o Relatório aponta para um fato extremamente importante: os crimes cometidos são imprescritíveis, segundo o Direito Internacional



O relatório traz uma seção sobre violações de direitos humanos nas universidades. A parte acabou diminuída em relação ao inicialmente previsto... Como avalia esta parte específica do relatório?

Acredito que a diminuição de páginas tenha ocorrido em função da enorme dificuldade de se adaptar um Relatório do porte gigantesco que esse trabalho da CNV suscitou. Como membro de uma Comissão da Verdade Universitária (da Universidade Estadual Paulista - Unesp), gostaria de que as prometidas 40 páginas tivessem sido contempladas. Mas esse trabalho das Universidades não terminou, pois continuará através da Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias. Essa rede congrega, no momento, 19 Comissões formadas nas universidades brasileiras. E, nela, tenho a imensa satisfação de trabalhar com os colegas da UFRJ, UnB, Federal do Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Espírito Santo, Paraná e tantos outros. Nosso trabalho apenas começou. Ainda há muito a descobrir dos crimes praticados contra estudantes, servidores docentes e servidores técnico-administrativos. Além, evidentemente, das repressões às populações do entorno das universidades.

José Cruz/Agência Brasil - 10/12/2014



Em 10 de dezembro de 2014, Dilma Rousseff recebeu o relatório final das mãos do professor Pedro Dallari, presidente da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ao fundo, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a professora Rosa Maria Cardoso, da CNV



Professora da Unesp-Marília e integrante da Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias, Angélica Lovatto foi uma das participantes do Encontro Regional Sul-Sudeste do Andes-SN que tratou do tema "A ditadura empresarial-militar e a repressão aos sindicatos e aos movimentos populares". Ela falou à reportagem do **Jornal da Adufrj** sobre o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 10 de dezembro do ano passado.

TRANSPORTES

Aumentos no Rio de Janeiro destoam do resto do país

Em 2014, inflação das passagens de ônibus da capital foi três vezes maior que a média nacional

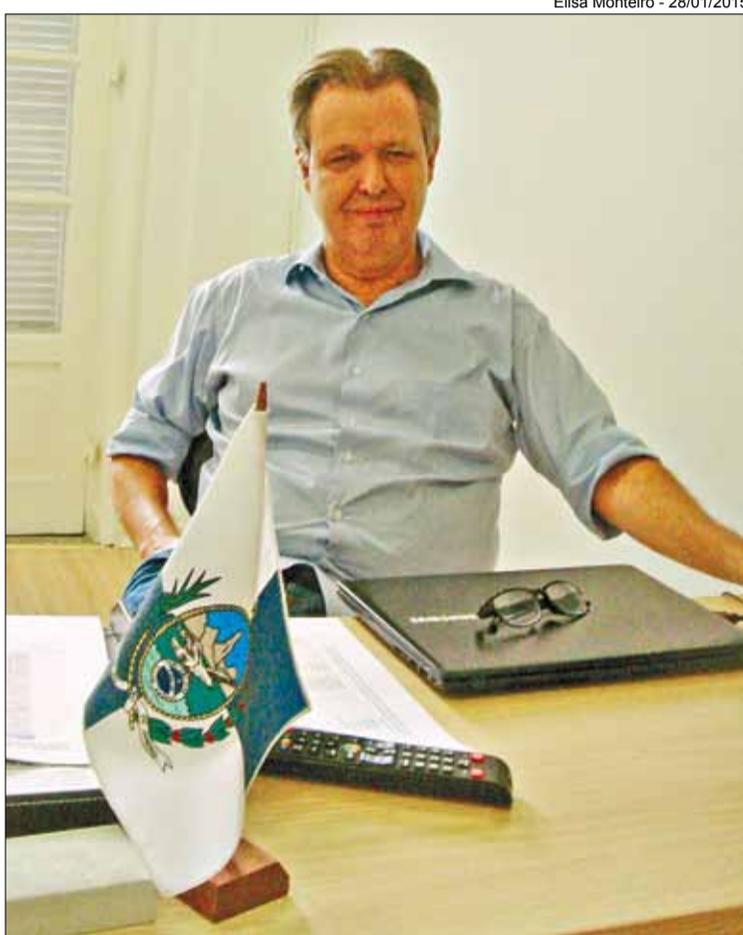
Professor da UFRJ analisa dados do IPCA/IBGE

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Quando as queixas sobre as altas dos preços do “Rio Surreal” ganharam força nos veículos de comunicação, o economista e professor da UFRJ Mauro Osório estranhou que o setor de transporte não recebesse o mesmo destaque. “Via as pessoas falarem mais sobre restaurantes e coisas do tipo. Sobre transporte, nada”. Uma consulta às tabelas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), em 2014, confirmou as suspeitas do professor: “A tarifa do ônibus (urbano) no Rio de Janeiro teve inflação de 9,09%, enquanto a média anual foi 3,85%. O metrô aumentou no Rio 9,38% e a média no Brasil foi 2,40%”, sublinhou. Já o trem, teve acréscimo de 10,34% no Rio. No resto do país, o índice ficou em “apenas 1,87%”. A inflação geral calculada pelo IBGE no ano passado foi de 6,41%...

O levantamento do IBGE abarca, além do Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Grande Vitória. Ele registra as variações de preços de ônibus urba-



Elisa Monteiro - 28/01/2015

Mauro Osório, do Observatório de Estudos sobre o Rio de Janeiro, da Faculdade Nacional de Direito: “Temos uma carga tributária alta que penaliza, sobretudo, os mais pobres”

no, táxis, trem, ônibus intermunicipal e interestadual, metrô e passagens aéreas.

E a situação de 2014 parece que vai se repetir em 2015. Mal iniciado o ano, os reajustes recém-anunciados no Rio

de Janeiro levam o professor a acreditar que o estado e a capital vão manter a triste dianteira neste ranking.

E em anos anteriores?

Mauro observa que 2013 foi

um ano atípico: “Em função das grandes manifestações contra o aumento nas passagens, em alguns lugares não houve reajuste”, analisa. Já em 2012, o ônibus urbano fluminense, por exemplo, teve reajuste de 10% contra 5,24% da média nacional. Para Osório, coordenador do Observatório de Estudos sobre o Rio de Janeiro da Faculdade Nacional de Direito (FND), a explicação do disparate entre valores das tarifas está “na força política das empresas de transporte”. “Esse setor, junto às incorporadoras (firmas que promovem ou administram incorporações imobiliárias), tem poder desproporcional”, frisa. “Dados da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) referentes a 2012 mostraram que a margem de lucro do Metrô Rio foi a maior do Brasil”.

Segundo o docente, a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro se fortaleceu depois do Golpe de 1964, quando a máquina pública do Rio de Janeiro foi particularmente atingida pelas cassações tanto à esquerda quanto à direita (lacerdistas). Ao lobby do empresariado, soma-se o problema de falta de transparência da administração pública. “Quer dizer, no Rio, o prefeito aprova à revelia do Tribunal de Contas do Município (TCM) um reajuste,

que depois é apenas referendado por conselheiros”. “Enquanto isso, o (ex) governador (Sérgio Cabral) nomeia o tesoureiro do partido (Arthur Vieira Bastos, do PMDB-RJ) como conselheiro da agência reguladora do transporte público fluminense (Agetransp)”, complementa.

Tarifa zero é decisão econômica e política

Sobre a proposta de tarifa zero, Mauro reafirma que “enquanto as planilhas de custo não forem abertas, não dá para dizer”. Mas ele enfatiza que a decisão é simultaneamente econômica e política. “Em muitos países, o transporte é pago, mas é também público e estatal. As passagens são subsidiadas e o sujeito que compra para o mês tem um desconto”. “O Brasil é a sétima economia do mundo, mas o PIB per capita é baixo. Ou seja, temos uma carga tributária alta que penaliza, sobretudo, os mais pobres, e se gasta pouco com as pessoas. Nesse sentido, é preciso que seja feita uma boa discussão sobre prioridades. A Constituição Federal sabiamente propõe um gasto público próximo ao modelo social de bem-estar europeu”, explica.

Mauro questiona se o serviço de transporte é compatível com exploração comercial: “O capitalismo pressupõe concorrência que não acontece no caso do transporte”, disse.

Kelvin Melo - 21/01/2015



Novo outdoor da Adufrj-SSind defende tarifa zero nos transportes públicos

Ao lado do ex-Canecão, na zona sul do Rio, painel da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ reforça campanha que, com os recentes aumentos nas tarifas dos transportes públicos, volta a embalar protestos em várias cidades do país. Em 2013, vale lembrar, a indignação popular diante do reajuste das passagens de ônibus, trem e metrô deu início às grandes manifestações daquele ano.

CONJUNTURA DIFÍCIL EM 2015

Direitos sob ameaça exigem mobilização

Conselho da Adufrj-SSind faz primeira reunião do ano com fortes críticas ao governo e avalia propostas que serão discutidas no próximo Congresso do Andes-SN, no fim de fevereiro

Próximos CR e Assembleia ocorrem dia 4

Silvana Sá

silvana@adufjrj.org.br

O corte de R\$ 7 bilhões do orçamento do Ministério da Educação e a reforma dos direitos trabalhistas perpetradas pelo governo na virada do ano foram alguns dos principais assuntos da primeira reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, em 2015. O encontro, realizado em 28 de janeiro, no Instituto de Psicologia, também marcou a retomada dos preparativos do movimento docente da UFRJ em relação ao 34º Congresso do Andes-SN, marcado para Brasília (DF), entre 23 e 28 de fevereiro.

Durante o Conselho, os professores fizeram uma análise preliminar dos textos de Conjuntura que compõem o Caderno de Textos do Congresso — o documento que guia o trabalho dos representantes docentes de todo país pode ser consultado no site www.andes.org.br.

Foi feita a avaliação, no CR, que o ano passado, eleitoral, demonstrou uma falsa polarização entre a direita e a esquerda que apoiava o governo Dilma Rousseff.



Falsa porque efetivamente, já naquele momento, não se identificavam diferenças profundas e estruturais entre os partidos (PT e PSDB) que encabeçavam a disputa à presidência da República. De

lá para cá, as semelhanças entre os dois partidos só se aprofundaram. E os cortes no orçamento materializam este processo.

A análise geral é que este Congresso tenderá a ter re-

soluções mais duras e contundentes do movimento docente diante da escalada de retirada de direitos dos trabalhadores. A violência e a velocidade no avanço de medidas de encolhimento do serviço público, achatamento dos salários e arrocho no orçamento precisam de respostas firmes.

Propostas de ação

Entre as propostas contidas no Caderno de Textos, existe a possibilidade de antecipar o Encontro Nacional de Educação (ENE) para 2015, como forma de organizar uma rápida reação do setor aos recentes acontecimentos — o último ENE, em 2014, indicou o próximo para 2016.

Também são sugeridas ações que levem à construção de uma greve. Há grande preocupação em organizar a categoria, mobilizar e informar sobre os ataques perpetrados pelo governo federal.

Uma nova reunião do Conselho de Representantes está agendada para 4 de fevereiro (quarta-feira), às 14h, na Praia Vermelha (local a confirmar). No mesmo dia, às 17h, a Assembleia Geral aprovará os nomes dos delegados e observadores ao 34º Congresso do Sindicato Nacional.

Moção de apoio à Asduerj e à comunidade da Uerj (professores, estudantes e técnicos)

No último dia 29, a diretoria da Adufrj-SSind divulgou uma moção de apoio à Asduerj e à comunidade da Uerj (professores, estudantes e técnicos). Aquela universidade enfrenta grave crise: terceirizados, bolsistas e professores substitutos estão sem receber pagamentos. Além disso, a infraestrutura está bastante precária (o episódio de alunos sem camisa em uma das salas sem refrigeração, que ganhou grande repercussão na mídia, é apenas um elemento) e o reitor Ricardo Vieiralves não dialoga com a comunidade acadêmica. Para piorar, no fim do ano passado, o governador Pezão vetou Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias que destinava 6% da receita corrente líquida do Rio para as universidades públicas estaduais.

Confira abaixo a nota da Adufrj-SSind:

“A Diretoria da Adufrj-SSind apoia a luta dos professores, funcionários e alunos da Uerj por melhores condições de trabalho, salários dignos e orçamento público condizente com a função social que deve desempenhar a universidade pública.

Somamo-nos à luta necessária para superar a grave crise produzida na educação pública pelo governo do estado que assola as três universidades do Rio de Janeiro. Somente com luta democrática, participativa e solidária, conseguiremos pôr fim ao descaso acumulado por diversas gestões governamentais comprometidas com o capital.

Diversos meios de criminalização das lutas sociais têm sido utilizados para barrar esta luta, desde a intervenção policial nos campi até a realização de sessão fechada de reunião de conselho universitário. Esta prática aprofunda a crise institucional e demonstra a indisposição de ampliar o debate democrático referente à educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

Todo apoio aos trabalhadores e estudantes da Uerj,

Diretoria da Adufrj-SSind”

Plano de saúde

Novas adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind ocorrem de 2 a 11 de fevereiro para utilização em 10 de março de 2015.

Tabela

A tabela, com o reajuste anual da operadora, pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro de 2015.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelos telefones 97686-6793, 99411-0361 ou pelo *email*: convenio.unimed@adufjrj.org.br.

Encontro Pré-Congresso no dia 11

No próximo dia 11, haverá um Encontro Pré-Congresso da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN. A atividade vai acontecer na sede da Adufrj-SSind, em Niterói, a partir das 10h30. Entre as principais tarefas, está a análise da conjuntura e dos Textos de Resolução (TR) apresentados pelas Seções Sindicais do estado. A Adufrj-SSind fica na Rua Lara Vilela, 110, em São Domingos.

Funpresp é pauta urgente

Novos professores da UFRJ relataram à diretoria da Adufrj-SSind que vêm sofrendo assédio cada vez maior (por e-mails e telefonemas) para aderirem ao fundo de previdência complementar dos servidores públicos do Poder Executivo, a Funpresp-EXE. “Também no Siapenet, há professores que só conseguem acessar o sistema depois de clicar em uma caixa de diálogo automática que faz propaganda do fundo”, observou Cláudio Ribeiro, presidente da Seção Sindical. Ele afirmou que o tema será enfrentado com bastante vigor pela entidade ao longo deste ano.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro **1ª Vice-Presidente:** Luciana Boiteux **2ª Vice-Presidente:** Cleusa Santos **1º Secretário:** José Henrique Sanglard **2º Secretário:** Romildo Bomfim **1º Tesoureiro:** Luciano Coutinho **2º Tesoureira:** Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação** Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda **Escola de Serviço Social** Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Paternostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues **Faculdade de Letras** Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luís Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su **Tiragem** 4.000 **E-mails:** adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br **Redação:** comunica@adufjrj.org.br **Cadernos Adufrj:** revista@adufjrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufjrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufjrj.org.br **Página eletrônica:** <http://www.adufjrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Elza Fiúza/Agência Brasil - 28/01/2015

Educação



Cid Gomes. Novo ministro afinado ao projeto em curso de expandir a oferta privada, com recursos estatais

Cid Gomes no MEC

À frente do governo do Ceará, Cid Gomes acumulou impressionante trajetória de turbulências na área da educação. Essa trajetória do ministro da Educação escolhido por Dilma Rousseff é analisada pelo texto afiado do professor Roberto Leher, no artigo "Cid Gomes no MEC: uma escolha coerente para aprofundar a contrarreforma da educação brasileira", que circula na rede (acesse www.adufrj.org.br).

O professor da Faculdade de

Educação da UFRJ observa que o fato de o MEC ter saído das mãos do PT (Cid é um dos dirigentes do PROS) não significará descontinuidade da política para educação adotada pelos governos de Lula e Dilma. "Mas haverá mudanças", alerta Leher. "O novo ministro aponta para um aprofundamento da contrarreforma" da educação brasileira. "(...) pelo retrospecto de seus mandatos como governador, (haverá) um recrudescimento do confronto do governo com os

trabalhadores da educação básica e superior", vaticina.

Roberto Leher diz que o histórico de Cid revela o novo ministro como um quadro afinado ao projeto em curso de expandir a oferta privada, com recursos estatais, e de refuncionalizar as universidades como organizações de serviços e ensino.

Leher escreve: "A sua relação com as universidades estaduais do Ceará foi hostil e rude,

manifestando disposição de federalizá-las e mesmo de fechar o prestigioso curso de medicina da UECE, provavelmente por ser muito custoso."

O professor acrescenta que mesmo diante da enorme falta de docentes, mais de 800 nas três universidades estaduais, o então governador "procrastinou a realização de novos concursos (optando por deletérios contratos temporários e terceirizações) até o final de seu segundo mandato".

Ao justificar a sua recusa em autorizar novos concursos, escreve o professor, Cid Gomes argumentou, então, que os docentes ministravam poucas aulas. E propôs "que a carga-horária em sala de aula deveria corresponder a 52% da jornada de trabalho, aproximadamente 21 horas-aula, sem considerar nem mesmo o tempo para planejamento das aulas, o que inviabiliza as orientações, a pesquisa e a extensão".

PT mudou

Os primeiros parágrafos do artigo de Roberto Leher contextualizam a educação nos governos petistas. "Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff romperam com o projeto de educação do PT dos anos 1980 e 1990". O professor explica que o projeto citado "foi elaborado no contexto das lutas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em especial na Constituinte e na LDB, nas quais sobressaiu a liderança de Florestan Fernandes". E também "no período de elaboração do Plano Nacional de Educação dos Congressos Nacionais de Educação (1996-1997): por isso, jamais admitiram (os governos petistas) considerar o Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, elaborado pelos trabalhadores da educação, entidades acadêmicas, estudantes, reunidos no referido Fórum."

A crise da água

A Coppe reúne nesta segunda-feira alguns especialistas para discutir a crise no abastecimento de água que ameaça os principais estados do país. Entre os que estarão presentes no evento estão o presidente da Empresa de Pesquisa Energética

e professor da Coppe, Maurício Tolmasquim; o coordenador do Laboratório de Hidrologia da Coppe, Paulo Canedo; o diretor do Instituto de Desenvolvimento do Setor Energético (Ilumina), Roberto D'Araujo, e o presidente da empresa de consultoria em

eletricidade e gás natural PSR, Mário Veiga. O seminário será coordenado pelo diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa. O encontro acontecerá às 14h30 na sala do Conselho da Coppe, Centro de Tecnologia (CT2), Cidade Universitária.

Dívida com a Light

A dívida da UFRJ com a Light já alcança alguns milhões. Desde junho as contas não são pagas. Em 2002 a Light chegou a cortar a luz da universidade por falta de pagamento. Foi necessária a intervenção do MEC para que o fornecimento de energia fosse restabelecido.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



■ UFRJ

PM promete aumentar policiamento no entorno da PV

Faculdade de Educação divulga homenagem a aluno assassinado

Samantha Su
Estagiária e Redação

Os professores, funcionários técnico-administrativos e alunos da Faculdade de Educação da UFRJ divulgaram, na página eletrônica da Unidade, uma homenagem ao estudante Alex Schomaker Bastos, morto durante uma tentativa de assalto nas proximidades do campus da Praia Vermelha, em 8 de janeiro. “Em comunhão com a humanidade e o cosmos, Alex partiu em busca da sabedoria que não encontrou no mundo dos vivos, mas que certamente o espera ‘acima dos rubis’. Que seu exemplo de integridade e determinação, além de seu amor ao conhecimento, seja inspiração para o fortalecimento de laços acadêmicos e humanitários na UFRJ e fora dela. Na contramão da desumanização que produz e naturaliza tragédias como a de sua perda violenta e prematura, nós, professores, pesquisadores e funcionários da

Faculdade de Educação, reafirmamos nosso compromisso de formar professores e pesquisadores comprometidos com a produção de conhecimentos que fundamentem uma sociedade mais justa e uma escola pública democrática e de qualidade. Repudiamos, veementemente, a violência que nos rouba diariamente dezenas de jovens e não daremos tréguas às autoridades até que garantam segurança no interior e no entorno de nosso campus. Chega de descaso!”, diz um trecho.

Para tentar dar conta de reivindicações como esta, a Prefeitura Universitária informou que o 2º Batalhão de Polícia Militar, de Botafogo, irá aumentar o patrulhamento da região com motocicletas. De acordo com a assessoria de imprensa da prefeitura, aproximadamente 20 policiais circularão pela área. Além disso, uma viatura deverá ficar parada na entrada do campus da PV.

Segurança também afetada pela crise orçamentária

Em outubro de 2014, como noticiado pelo **Jornal da Adufrj**, após a repercussão de casos de assédio no mesmo local, a Prefeitura Universitária disse que instalaria câ-

meras de segurança na entrada do campus. Segundo o prefeito Ivan Carmo, as câmeras já foram compradas, mas ainda faltam os cabos e o sistema de transmissão de dados. Ele destacou: “É de notório conhecimento que estamos em um período de contingenciamento de recursos imposto pelo governo federal, mas a meta é de instalação de câmeras até o fim de março”.

DCE cobra outra política

O DCE Mário Prata manifestou preocupação com o tempo de implantação do sistema de vigilância. O Diretório divulgou em sua página outras sugestões, como a criação de concursos públicos para uma guarda desmilitarizada com o objetivo de: “atender às demandas de cada campus, combatendo a precarização da DISEG (Divisão de Segurança da UFRJ) e dando melhores condições de trabalho à divisão, por meio de renovação de quadro, troca e regularização de equipamentos”, diz o texto. Os estudantes também reivindicam melhor iluminação nas imediações e um sistema de transporte (municipais, intermunicipais e intercampi) que permita uma regular circulação de pessoas.

■ FUNCIONALISMO

Campanha salarial em andamento

Setor das Federais do Andes-SN fez reunião dia 30

Após o fechamento desta edição (em 30 de janeiro), representantes de diversas categorias do serviço público federal irão se reunir em Brasília (DF) para definir os eixos da campanha salarial e as estratégias que nortearão as ações do funcionalismo nos próximos meses. Tão logo os resultados destes encontros sejam conhecidos, haverá divulgação no site e nos perfis da Adufrj-SSind nas redes sociais.

Nos dias 31 de janeiro (sábado) e 1º de fevereiro (domingo), será realizada a Reunião Ampliada dos Servidores Públicos

Federais (SPF). Inicialmente denominada Plenária dos SPF, o encontro definirá os eixos da Campanha Salarial Unificada para 2015, as pautas das lutas gerais do Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais e a agenda de mobilização para este ano.

Reunião do Setor das Ifes

No dia 30 de janeiro, o Sindicato Nacional realizará a primeira reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) com o objetivo de discutir os eixos e estratégias da Campanha Salarial dos SPF. Segundo o diretor do Andes-SN, Francisco Jacob, a reunião do setor das Ifes contribuirá para a reunião ampliada. **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**

Adufrj e a história

O movimento de resistência à ditadura se ampliava quando a Associação dos Docentes da UFRJ nasceu, em 1979.

De lá até aqui, muita história foi escrita no país de contradições profundas.

A série **Depoimentos** registra a visão dos fatos históricos do período pelo olhar dos presidentes dos diversos mandatos da Adufrj.*

TV ADUFRJ

apresenta

Série
DEPOIMENTOS
35 anos de história



Todas as **terças** e **sextas** no site da **Adufrj**,
no nosso canal no **Youtube** e nos perfis nas **redes sociais**

*Hoje chamada Adufrj-SSind, seção sindical dos docentes